

## EIXO TEMÁTICO 3 | DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA

### CRISE ORGÂNICA NO BRASIL: Entre o “ultraneoliberalismo” e o descenso democrático

### ORGANIC CRISIS IN BRAZIL: Between “ultraneoliberalism” and the democratic decline

Nivalter Aires dos Santos<sup>1</sup>

#### RESUMO

Intencionamos investigar a relação entre a agenda ultraneoliberal implementada no Brasil, especialmente após 2016, no bojo da crise orgânica, e o descenso democrático. Para isso, o trabalho está dividido em duas partes: na primeira trazemos a discussão sobre Crise Orgânica em Gramsci, como referencial teórico-metodológico; na segunda, buscamos relacionar a crise com a agenda “ultraneoliberal” e o descenso democrático no Brasil. Entendemos que, diante da crise, o capital impõe uma política ultraneoliberal, marcada pela austeridade e ataques sistemáticos aos direitos dos trabalhadores e direitos sociais. Contudo, para realizar esse ataque torna-se fundamental rebaixar a “democracia burguesa liberal”, que historicamente já tem baixíssima intensidade e inúmeros filtros às demandas das classes trabalhadoras e subalternas.

**Palavras-chave:** Crise Orgânica. Ultraneoliberalismo. Democracia.

#### ABSTRACT

We aim to investigate the association between the ultra-neoliberal agenda implemented in Brazil, especially after 2016, in the midst of the organic crisis, and democratic decline. To this end, the article is divided into two parts: first, we discuss the Organic Crisis in Gramsci as a theoretical-methodological reference; second, we seek to relate the crisis with the ultra-neoliberal agenda and the democratic decline in Brazil. We understand that in the face of the crisis, capital imposes an ultra-neoliberal policy based on austerity and systematic attacks on workers' rights and social rights. However, to carry out this attack, it is

<sup>1</sup> Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande. Endereço Eletrônico: aires.nivalter@gmail.com

essential to demote “liberal bourgeois democracy,” which already has very low intensity and numerous filters for the demands of the working and subaltern classes.

**Keywords:** Organic Crisis. Ultra-neoliberalism. Democracy.

## **1 INTRODUÇÃO**

A crise econômica internacional que assumiu contornos dramáticos a partir de setembro de 2008 – bem representada pela quebra do banco *Lehman Brothers* – foi desencadeada a partir do setor imobiliário estadunidense e se alastrou pelo globo, em sucessivas etapas (Saad Filho, 2023; Tonelo, 2021; Nakatani; Marques, 2020).

Essa crise aparece de maneira difusa nas distintas formações econômico-sociais. Ou seja, na medida em que a crise econômica avança, têm-se abertas crises orgânicas, no sentido gramsciano, nos diferentes países. Considerando o caso brasileiro, na esteira da crise econômica – em associação com uma crise social, política e institucional –, tem-se uma crise de hegemonia que trouxe para o primeiro plano as contradições fundamentais das classes dominantes que não podiam ser resolvidas pelos métodos habituais. Com isso, abriu-se um período de questionamento da orientação da classe dominante que se expressou na crise do regime político e de seus partidos tradicionais (Barbieri, 2019).

Desde o golpe de 2016, e até antes, observamos que a agenda neoliberal tem se aprofundado, levando alguns analistas a adotarem o termo “ultraneoliberalismo” para descrever o novo momento, marcado por profundas (contra)reformas estruturais no mundo do trabalho e numa agenda fiscal contracionista no país. Com isso, lançamos como hipótese que para garantir a implementação das (contra)reformas (ultra)neoliberais – como elementos contratendências à queda da taxa de lucro – fez-se necessário golpear o limitado regime “democrático” liberal da “nova república”, inaugurado pela Constituição de 1988.

Assim, intentamos investigar a relação entre a agenda neoliberal implementada no Brasil, especialmente após 2016, no bojo da crise orgânica, e o descenso democrático. Para isso, o trabalho está dividido em duas partes: na primeira trazemos a discussão sobre Crise Orgânica em Gramsci, como referencial teórico-metodológico. Para, por fim, buscar relacionar a crise, com a agenda (ultra)neoliberal e o descenso democrático no Brasil.

## 2 CRISE ORGÂNICA – INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Antonio Gramsci aparece, no âmbito do marxismo, como uma referência para pensar as particularidades na periferia do capitalismo. Na sua obra está proposto que as crises orgânicas (ou de hegemonia), diferentemente das conjunturais, são muito mais profundas e se manifestam na dificuldade crescente de formar os governos e na instabilidade cada vez maior dentro destes.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci apresenta que as crises orgânicas acontecem quando:

1. “em certo ponto da sua história, os grupos sociais se separem de seus partidos tradicionais”;
2. “a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”; e/ou
3. “porque as amplas massas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade” (Gramsci, 2016, 60).

A partir desse tipo de crise, tem-se momentos perigosos para a história nacional. Visto que, diante de uma crise orgânica, se abre possibilidade para soluções de força, atividades de potência oculta representada por homens providenciais ou carismáticos. O risco desse tipo de crise decorre das diferentes (in)capacidades que dispõe os diversos estratos da sociedade de se orientar e/ou de se organizar no mesmo ritmo (Gramsci, 2016).

Diante da crise de hegemonia, uma vez instalada, pode acontecer: 1. Uma solução pela via da recomposição, visto que a classe dirigente tradicional pode mudar de homens e programa para retomar o controle que lhe fugia; 2. Uma solução mediante um chefe carismático, em virtude de os grupos políticos tradicionais não disporem de forças para vencer a disputa; 3. Uma solução mediante o avanço da luta de classes, por parte das classes trabalhadoras e subalternas (Gramsci, 2016).

Para a investigação que se segue, usaremos esse referencial analítico, entendendo que houve uma convergência entre a crise econômica, uma crise social, uma crise política e uma crise institucional, resultando numa crise de legitimidade das instituições políticas e, conseqüentemente, numa conjuntura histórica particular.

### 3 CRISE, “ULTRANEOLIBERALISMO” E O DESCENSO DEMOCRÁTICO

As crises econômicas, como bem indicou Gramsci (2016), são determinantes nas crises históricas fundamentais. Isso não significa uma relação mecânica entre uma crise econômica e uma crise de hegemonia, mas “as crises econômicas produzem eventos fundamentais; podem [...] criar um terreno mais favorável à difusão de determinado modo de pensar” (Gramsci, 2016, 44). Por tanto, as crises econômicas – a depender de suas características e intensidade – possibilitam o seu desdobramento em outras dimensões, como o social e o político.

Desde 2008 nos Estados Unidos e na Europa, os Estados empregaram todos os meios para salvar o mercado financeiro. O resultado desse processo foi o endividamento massivo desses Estados, momento em que a crise passou a aparecer como crise das dívidas soberanas (Blyth, 2017). Diante da crise dos Estados (não mais privada), a solução seria austeridade, ou seja, reforçar o neoliberalismo – cuja lógica baseada na financeirização tinha sido o grande responsável pela crise, em primeiro lugar.

Nesse sentido, uma vez tendo superado o risco de colapso do sistema financeiro internacional, o grande capital consolidou a ideia de que os Estados haviam gastado demais, e seria o momento da sociedade pagar por esse excesso. Isso foi feito, contudo, sem o devido esclarecimento que:

[...] o “regime de austeridade” supõe estagnação econômica de longa duração, ofensiva sistemática sobre os direitos trabalhistas e esvaziamento da soberania dos Estados nacionais. A disciplina do desemprego, a austeridade nas contas públicas e o aprofundamento do processo de liberalização – os três vetores que compõem os pilares do receituário ortodoxo – passaram a ser enaltecidos como panaceia para os problemas da economia mundial (Sampaio Jr., 2017, p. 241).

Quanto ao Brasil, podemos identificar os elementos que apontam para o início da crise no país a partir de 2012 – no bojo da crise dos chamados emergentes e com a queda dos preços das *commodities*. Em relação ao comércio internacional, merece nota que “a queda no preço das *commodities* foi expressão do estancamento do crescimento no pós-crise e, ao mesmo tempo, fator influente na dinâmica das economias emergentes e da economia mundial de conjunto” (Tonelo, 2021, 47).

A desaceleração econômica em associação ao cenário internacional desfavorável resultou em uma redução das taxas de lucro, impactando negativamente na acumulação de

capital no Brasil. Tomando, por exemplo, a rentabilidade das 500 maiores empresas não bancárias, vemos que passam de uma rentabilidade média de 10,1% ao ano, no segundo mandato de Lula (2007-2010), para 5,3% no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), conforme dados de Pinto *et al.* (2016).

Seguindo o raciocínio aplicado nos países centrais, Carvalho (2018) apresenta que grande parte dos analistas econômicos e políticos no Brasil passou a responsabilizar os governos petistas pela crise, devido a um suposto colapso fiscal, resultado da ganância do Estado, particularmente no que diz respeito à distribuição de renda.

Dessa forma, a crise econômica brasileira, que pode ser percebida através da queda da taxa de lucro, especialmente a partir de 2012, vai aparecer em certa literatura acadêmica e na mídia, sobretudo a partir de 2015, como uma crise fiscal do Estado brasileiro. Ignorando que a “crise fiscal não é causa, mas efeito da crise econômica” (Sampaio Jr., 2017, p. 248-49). Os capitais passaram a demandar, a partir daí, uma agenda de austeridade, muito bem ilustrada no documento *Uma Ponte para o Futuro* do PMDB (2015) – partido de Michel Temer, então vice-presidente de Dilma Rousseff.

No caldeirão da crise orgânica – crise econômica, política, social e institucional –, cujas relações não temos condições de desenvolver aqui, aconteceu o Golpe de 2016. Em grande medida, visando a implementação de uma agenda que podemos chamar (enquanto agenda de pesquisa) de ultraneoliberal.

Quanto ao “ultraliberalismo”, que se concorde ou não com essa proposta de caracterização, devemos ter em mente que o neoliberalismo sofreu uma inflexão com aprofundamento e reveses em alguns de seus pressupostos, como consequência da crise financeira global de 2008. A crise que aconteceu no setor privado financeiro tem sido caracterizada como uma crise do Estado. A partir desse entendimento, a crise do neoliberalismo tem tido como resposta mais neoliberalismo, ou ultraliberalismo. Como consequência, em muitos países, mesmo a “democracia burguesa liberal”, de baixíssima intensidade, acabou por se tornar ampla demais, diante das exigências do capital.

Dessa forma, na literatura que trabalha com o “ultraneoliberalismo”, há um conjunto de elementos que aparecem como definidores dessa nova etapa do projeto neoliberal no Brasil. Entre eles, destacam-se: aprofundamento do ajuste fiscal permanente; modificações profundas no mercado de trabalho (precarização e desregulamentação); financeirização das política social; neoconservadorismo, e o que nos interessa mais diretamente nesses escritos, uma

deterioração da “qualidade” da nossa democracia (burguesa).

Nossa intenção é refletir sobre o último aspecto, o descenso democrático como característica do ultraliberalismo no Brasil. Devemos ter em conta que o Golpe de 2016 se deu por dentro do regime político. Não se tratou de um golpe contra o regime vigente, subvertendo o que Demier (2018) chama de democracia blindada. O que aconteceu foi um reforço dessa blindagem (contra as aspirações populares), revelando o caráter antidemocrático do regime político brasileiro. Ou seja, um processo que tolhe sistematicamente o protagonismo das classes trabalhadoras e subalternas, subordinando a existência dos de baixo e reforçando a hegemonia dos de cima.

Inclusive, chama a atenção o manejo da crise de popularidade do governo golpista de Temer, que foi usado como radicalizador do neoliberalismo no Brasil. O próprio Temer, em certo momento, disse em 2016: “Estou aproveitando essa suposta baixa popularidade para tomar medidas impopulares, que, caso contrário, não tomaríamos” (Temer *apud* Castro, 2017). Com isso, mesmo com índices de rejeição que chegou a casa dos 82% – aqueles que consideravam o governo Ruim ou Péssimo em junho de 2018 (Folha de São Paulo, 2018) –, as contrarreformas neoliberais seguiram sendo aplicadas. Ao não ter que agradar a uma base popular, que já o rejeitava, o governo golpista de Temer buscou ao máximo avançar numa agenda “ultraneoliberal”. Um forte indício da ausência de preocupação com as demandas e anseios populares.

Essa crise democrática não é exclusividade brasileira, tem se manifestado em diversas partes da América Latina. No livro *La crisis de la democracia en América Latina*, os organizadores Tzeiman e Martuscelli (2024), na introdução, identificam a origem dessa crise em três elementos: em primeiro lugar no contexto global, diante da situação de descontinuidade hegemônica dos Estados Unidos, no qual as classes dominantes da América Latina tem se mostrado desconcertadas diante das incertezas desse cenário internacional. Em segundo, há uma reação conservadora na América Latina, diante dos governos progressistas da primeira década e meia do século XXI, na região. Por fim, observa-se uma crescente contradição entre o neoliberalismo e a democracia, que tem se manifestado através do neogolpismo, na construção de regimes políticos híbridos, e na radicalização autoritária e surgimento e ascensão de forças de extrema direita.

No Brasil os três elementos podem ser observados – neogolpismo, interferência institucional dos outros poderes formando um regime político híbrido e a ascensão da extrema

direita (com forte carga autoritária). Podemos ilustrar com o Golpe de 2016, as ingerências da Operação Lava-Jato, o protagonismo do Judiciário (e do STF, em particular), a força renovada que ganhou o Centrão no Congresso Nacional diante do Executivo, e a ascensão da extrema direita apoiada na figura “carismática” de Jair Bolsonaro. Tudo em nome de um projeto ultraneoliberal de ataque aos direitos da classe trabalhadora e ataque aos gastos sociais – saúde, educação, assistência e previdência.

Diante da crise da democracia, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) no seu livro *Como as Democracias Morrem*, propõe que para “salvar a democracia” é necessário construir coalizões para além dos aliados naturais, engolindo em seco e fazendo concessões difíceis em defesa da democracia. Processo que no Brasil ganhou o nome de frente ampla (ou amplíssima) em torno da chapa Lula-Alckmin para presidência da república em 2022, em oposição a Bolsonaro-Braga Netto.

O que nos leva à reflexão proposta por Miguel e Vitullo (2020). Para quem, diante do profundo processo de desdemocratização que temos vivido, tem cabido à esquerda o papel de “fiel gestora e guardiã do que resta, no mundo atual, da democracia representativa liberal” (Miguel; Vitullo, 2020. p. 28). Ou seja, diante da ofensiva conservadora e antidemocrática, a esquerda se vê no papel de “defender um ordenamento que ela mesma sempre entendeu como limitado e enviesado” (Miguel; Vitullo, 2020. p. 28) criticando a democracia liberal burguesa pelos seus limites.

Nessa esteira, em nome da frente ampla, ao agregar um conjunto heterogêneo de forças – contendo em si parte expressiva da direita tradicional – a esquerda não rompe com os regimes de austeridade. Para que possamos entender os objetivos desse mecanismo de ajuste fiscal permanente, usemos as palavras de Mattei e Pittari:

O regime de austeridade, a pesar de não alcançar os resultados de estabilização econômica almejados, não falha em atingir seu verdadeiro intuito: assegurar que a tríade de política fiscal, política monetária e erosão da capacidade da classe trabalhadora de reagir a elas silencie a dissidência (Mattei; Pittari, 2023).

Desse modo, entendemos que a austeridade, em associação com o descenso democrático, tem o objetivo de garantir o silêncio das classes subalternas, diante de seus próprios destinos.

#### 4 CONCLUSÃO

Diante da crise, particularmente na periferia, o capital impõe uma política ultraneoliberal, marcada pela austeridade e ataques sistemáticos aos direitos dos trabalhadores e direitos sociais. Contudo, para realizar esse ataque torna-se fundamental rebaixar a “democracia burguesa liberal”, que historicamente já tem baixíssima intensidade e inúmeros filtros às demandas das classes trabalhadoras e subalternas.

#### REFERÊNCIAS

BABIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: o PT, o Estado e o golpe institucional**. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

BLYTH, Mark. **Austeridade: A história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CASTRO, José Roberto. Qual a trajetória de popularidade do governo Temer. **Nexo Jornal**, 15 fev. 2017. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/15/Qual-a-trajet%C3%B3ria-de-popularidade-do-governo-Temer> Acesso em a 28 fev. 2024.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**. 27 dez. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml> Acesso em 28 fev. 2024

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: v. 3 – Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATTEI, Clara; PITTARI, Mariella. Nota à Edição Brasileira. *In*. MATTEI, Clara. **A Ordem do Grande Capital: Como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo. Democracia, dominação política e emancipação social. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 51, p. 11-35, 2020.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.



PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; BALACO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; NOGUEIRA, Isabela. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **Texto para discussão – Instituto de Economia da UFRJ/Brasil**, n. 4, 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. **A Era das Crises**: Neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de Uma Crise Anunciada**: Crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017.

TONELO, Iuri. **No Entanto, Ela Se Move**: A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

TZEIMAN, Andrés; MARTUSCELLI, Danilo. Introducción: La crisis de la democracia en América Latina. In. TZEIMAN, Andrés; MARTUSCELLI, Danilo [coord]. **La crisis de la democracia en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

